



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016792-29.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Pedido de Providências - Registro de Imóveis**
 Requerente: **Wellington Marcelo Tonello**
 Requerido: **Cartório de Imóveis e Anexo de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Os pedidos "a" e "b" de fls. 07, que correspondem ao bem da vida almejado pelo requerente, não se coadunam com simples "pedido de providências" e, na realidade, ostentam a natureza jurídica de verdadeiro procedimento de dúvida, como observado pelo MP às fls. 58/59.

Corrija-se, no SAJ, a classe e assunto deste procedimento.

Quanto a tais pedidos, o Oficial Delegado (a) averbou o cancelamento da penhora remanescente, e registrou a alienação dos imóveis, do requerente, a terceiro, conforme fls. 33/35, 36/38 (b) retificou a DOI, fls. 64/67 (c) providenciou as regularizações sem que o requerente tenha tido que adotar qualquer providência, o que confirma o excesso havido na nota de devolução questionada; como consequência, o CRI deverá restituir ao requerente o valor cobrado em virtude da nota nº 6267.

No mais, a propósito do pleito de responsabilização disciplinar do Oficial Delegado, não vislumbrei, durante este trâmite, o elemento subjetivo necessário para a responsabilização do agente. De qualquer maneira, a conclusão se dá em cognição sumária e não exauriente, fica registrado. Neste procedimento de dúvida, não seria cabível a responsabilização porque imprópria a via e mesmo o procedimento adotado anteriormente. Em consequência, faculta-se ao requerente nova provocação para que, eventualmente, seja apurada a conduta do Bel. Valentim Pinto de Moraes.

Ante o exposto, prejudicados os demais pedidos, DETERMINO ao CRI que restitua ao interessado a quantia por este desembolsada em virtude da nota de devolução nº 6267, no prazo de 05 dias.

P.R.I.

São Carlos, 30 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**